



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO

Tiago Machado

PREVENÇÃO DE FRAUDES EM BANCOS COMERCIAIS

CERRO LARGO

2018

Tiago Machado

PREVENÇÃO DE FRAUDES EM BANCOS COMERCIAIS

**Monografia apresentada à Universidade Federal da
Fronteira Sul como requisito para a conclusão do
curso de Administração.**

Orientador: Prof. Me. Artur Filipe Ewald Wuerges

CERRO LARGO

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Machado, Tiago

Prevenção de Fraudes em Bancos Comerciais/ Tiago
Machado. -- 2018.
64 f.

Orientador: Artur Filipe Ewald Wuerges.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Administração , Cerro Largo, RS, 2018.

1. Como Prevenir Fraudes em Bancos Comerciais. I.
Wuerges, Artur Filipe Ewald, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo autor.**

TIAGO MACHADO

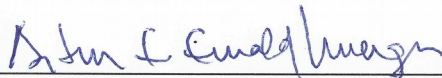
PREVENÇÃO DE FRAUDES EM BANCOS COMERCIAIS

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Bacharel em Administração, da
Universidade Federal da Fronteira sul – Campus
Cerro Largo/RS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

20 / 06 / 2018

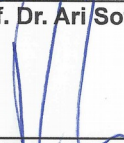
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Artur Filipe Ewald Wuerges - UFFS
Orientador



Prof. Dr. Ari Sothe - UFFS



Prof. Me. Rodrigo Prante Dill - UFFS

Dedico à minha família, aos meus pais, Antonio e Ilone, que não mediram esforços para que este se concretizasse.

Ao meu orientador, que esteve ao meu lado, me apoiando e dedicando seu tempo e conselhos sempre que necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de estar concluindo um curso superior, como também a Universidade Federal da Fronteira Sul.

Agradeço aos colegas e amigos que conquistei ao longo da caminhada acadêmica, pela amizade e companheirismo, pela convivência, conversas e risadas, pois essas foram muitas vezes essenciais.

Agradeço aos familiares pela atenção e compreensão oferecidos, pelas palavras de apoio e incentivo.

Agradeço em especial ao orientador do presente estudo, professor Mestre Artur Filipe Ewald Wuerges, como também à coordenação do curso de Administração, pelo apoio e dedicação prestados durante a elaboração deste estudo.

Enfim, meu muito obrigado a todos!

Uma das lições mais tristes da História é a seguinte: Se fomos enganados durante muito tempo, temos tendência a rejeitar qualquer prova de fraude. Deixamos de estar interessados em descobrir a verdade. A fraude apanhou-nos. É demasiado doloroso reconhecer, nem que seja para nós mesmos, que fomos levados a certa. Uma vez que damos a um charlatão poder sobre nós mesmos, quase nunca o recuperamos. Por conseguinte, as velhas fraudes têm tendência a persistir, ao mesmo tempo que surgem outras novas.

Carl Sagan em “O Mundo Assombrado pelos Demônios: A Ciência Vista como uma vela no Escuro”

RESUMO

Os bancos comerciais são alvos constantes de fraudes, que afetam de forma considerável seus ativos e resultados financeiros e, dependendo da amplitude, colocam em risco até mesmo suas continuidades no mercado. Este trabalho tem como objetivo principal identificar formas de prevenção dos principais tipos de fraude que ocorrem em bancos comerciais, a obtenção de informações relacionadas ao assunto (com base na literatura) e a identificação de mecanismos, formas e procedimentos que possam vir a auxiliar os profissionais que atuam diretamente na prevenção e combate às fraudes, em especial, nos bancos comerciais. O trabalho teve como metodologia utilizada a revisão bibliográfica sistemática integrativa. Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise do conhecimento já construído em pesquisas anteriores. A existência de controles internos adequados e sua permanente revisão, aliados a uma cultura organizacional também voltada para a prevenção de fraudes, e ainda, a utilização de sistemas eficazes de monitoramento de processos e a disponibilidade de recursos humanos, especialmente aqueles mais direcionados à identificação de fraudes, extremamente capacitados, treinados e conscientes de como estas se processam e das consequências negativas que trazem à organização, são instrumentos e medidas que podem e devem auxiliar na prevenção das fraudes.

Palavras-chave: Bancos Comerciais, Prevenção, Fraudes, Auditoria, Controles Internos

ABSTRACT

Commercial banks are targets of frauds, which significantly affect their financial assets and results and, depending on the extent, jeopardize their continuity in the market. This paper aims to identify ways of preventing the main types of fraud that occur in commercial banks, obtaining information related to the subject (based on literature) and identifying mechanisms, forms and procedures that may help professionals which act directly in the prevention and fight against fraud, especially in commercial banks. The methodology used included integrative systematic bibliographical review. This research method aims to trace an analysis of knowledge already constructed in previous research. The existence of adequate internal controls and their permanent revision, together with an organizational culture also aimed at fraud prevention, as well as the use of effective process monitoring systems and the availability of human resources, especially those aimed at the identification of frauds, extremely trained, aware of how they are processed and the negative consequences they bring to the organization are instruments and measures that can and should help prevent fraud.

Keywords: Commercial Banks, Prevention, Fraud, Audit, Internal Controls

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Diferença fundamental relativa ao método.....	25
Quadro 2 – Relações de Fontes Seleccionadas.....	26
Quadro 3 – Tipo de risco operacional versus fraude.....	32
Quadro 4 – Tipos de Fraudes.....	33
Quadro 5 – Erros, irregularidades e fraudes contabilísticas.....	37
Quadro 6 – Tipos de Fraudes Eletrônicas conceituadas.....	38
Quadro 7 – Prevenção e Detecção de Fraudes.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Triângulo da Fraude.....	19
Figura 2: Diamante da fraude	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2	OBJETIVO GERAL.....	15
1.2.1	Objetivos específicos.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	FRAUDES.....	17
2.1.1	Triângulo de Fraudes.....	18
2.1.1.1	Oportunidade.....	19
2.1.1.2	Intenção/Pressão.....	19
2.1.1.3	Atitude/Racionalização.....	20
2.2	BANCOS COMERCIAIS.....	20
2.3	AUDITORIA EXTERNA.....	21
2.4	AUDITORIA INTERNA.....	21
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	MODELO DE PESQUISA.....	23
3.2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA.....	25
3.2.1	Fase 1: Formulação da pergunta.....	25
3.2.2	Fase 2: Localização dos estudos.....	26
3.2.3	Fase 3: Coleta de dados.....	26
3.2.4	Fase 4: Avaliação crítica dos estudos.....	29
3.2.5	Fase 5: Análise e apresentação dos dados.....	29
3.2.6	Fase 6: Interpretação dos dados.....	30
3.2.7	Fase 7: Aprimoramento e atualização da revisão.....	30
4	RESULTADOS.....	31
4.1	DEFINIÇÕES DE FRAUDES.....	31
4.1.1	Definição legal.....	32

4.2	TIPOS DE FRAUDES.....	33
4.2.1	Fraude Contabilística.....	34
4.2.2	Fraude Eletrônica.....	35
4.2.2.1	Fraude Bancária Online.....	35
4.2.3	Fraudes por Corrupção.....	36
4.3	FORMA DE ATUAÇÃO E MECANISMO DOS FRAUDADORES.....	36
4.3.1	Fraude Contabilística.....	37
4.3.2	Fraude Eletrônica.....	38
4.3.2.1	Fraude Bancária Online.....	40
4.3.3	Fraude por Corrupção.....	41
4.4	FATORES QUE INCENTIVAM AS FRAUDES.....	42
4.5	FORMAS DE PREVENIR E DETECTAR FRAUDES.....	43
4.5.1	Prevenção de Fraudes Eletrônicas.....	45
4.5.1.1	Detecção de Fraudes Eletrônicas.....	46
4.5.1.2	Prevenção de Fraudes através do Internet <i>Banking</i>.....	47
4.5.2	Prevenção de Fraudes por Corrupção.....	49
4.5.2.1	Detecção de Fraudes por Corrupção.....	49
4.5.3	Prevenção de fraudes contabilísticas.....	50
4.5.4	Papel da Auditoria Interna na Prevenção e Detecção de Fraudes.....	51
4.5.5	Papel da Auditoria Externa na Prevenção e Detecção de Fraudes.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE A.....	61

1 INTRODUÇÃO

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.

A fraude é um ato doloso, cometido de forma premeditada, planejada, com a finalidade de obter proveito com o prejuízo de terceiros (DINIZ, 2013). Assim, este trabalho tem como objetivo principal identificar formas de prevenção dos principais tipos de fraude que ocorrem em bancos comerciais, a obtenção de informações relacionadas ao assunto e a identificação de mecanismos, formas e procedimentos que possam vir a auxiliar os profissionais que atuam diretamente na prevenção e combate às fraudes em Bancos Comerciais.

Um exemplo de fraude o caso do Banco Nacional. A crise financeira do Banco Nacional, que resultou em um dos maiores escândalos financeiros da era do Real, deu seus primeiros sinais em setembro de 1995, quando o BC percebeu que a instituição estava com problemas de liquidez. O Banco Central (BC) descobriu que o Nacional maquiava seus balanços, usando mais de 600 contas fantasmas para realizar empréstimos fictícios, somando os R\$ 5,5 bilhões. Os empréstimos falsos eram contabilizados como ativos bons, equilibrando o balanço. Mas, segundo o Ministério Público Federal, o problema nas contas do Nacional começou bem antes, em 1986, quando houve um rombo de US\$ 600 milhões em suas contas, superior ao patrimônio líquido, de US\$ 250 milhões, à época (O GLOBO RIO, 2013).

O trabalho desenvolvido tem como tema a prevenção de fraudes em bancos comerciais. De posse desse conhecimento e através da utilização de técnicas, mecanismos e sistemas adequados, esses profissionais deverão passar a adotar medidas e procedimentos com o intuito de identificá-las e, se possível, evitá-las, alcançando, assim, melhores resultados na constante busca de proteção e resguardo da organização das práticas ilícitas (fraudes).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os bancos comerciais são alvos constantes de fraudes, que afetam de forma considerável seus ativos e resultados financeiros e, dependendo da amplitude, colocam em risco até mesmo sua continuidade no mercado. As instituições financeiras, inevitavelmente, são alvos constantes de tais práticas ilícitas, que afetam de forma considerável, seus resultados financeiros.

Assim, a pesquisa a ser desenvolvida se propõe a responder à seguinte questão:

Como prevenir fraudes em bancos comerciais?

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar formas de prevenção dos principais tipos de fraude que ocorrem em bancos comerciais.

1.2.1 Objetivos específicos

- a) Sintetizar os principais tipos de fraudes relacionadas aos bancos comerciais;
- b) Descrever as formas de atuação e mecanismos utilizados pelos fraudadores;
- c) Identificar procedimentos, controles e medidas que podem prevenir fraudes.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho de pesquisa se justifica em virtude de que os profissionais dos bancos comerciais, especialmente aqueles que atuam nas áreas de fiscalização e controle, precisam ter conhecimento das diversas formas de proliferação das fraudes. O trabalho é importante

para a ciência acadêmica, para os futuros administradores e principalmente para a sociedade. A contribuição deste estudo é fomentar a discussão para as entidades bancárias, que não estão imunes a práticas de fraude e corrupção, praticadas por indivíduos que utilizam a entidade em benefício próprio e causam danos incalculáveis a todo o setor.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Quanto à estrutura, este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo foi descrita a introdução sobre o tema do projeto, bem como, a descrição do tema e a definição do problema da pesquisa, do objetivo geral a objetivos específicos e a justificativa para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo, foi realizada a revisão da literatura e essa está subdividida em quatro seções: a primeira apresenta o conceito de Fraudes, a segunda apresenta a definição de Bancos Comerciais, a terceira seção diz respeito a Auditoria Externa, a quarta apresenta o conceito de Auditoria Interna e seu critério de controlar é implantar uma auditoria interna de qualidade.

No terceiro capítulo, foram descritos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização do trabalho. No quarto capítulo foram descritos os principais resultados encontrados, atendendo aos objetivos específicos da pesquisa. Por fim, o quinto capítulo refere-se as considerações finais, sendo que neste está contido os pontos fortes da pesquisa, suas limitações e sugestões para novos estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na sequência, estão sintetizados os parâmetros bibliográficos que nortearam o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. Apresenta-se os conceitos de fraudes, bancos comerciais, auditoria externa e a auditoria interna.

2.1 FRAUDES

A falta de controles internos ou sua fragilidade, acarretam, frequentemente, em erros involuntários, desperdícios e facilitam inclusive a incidência de fraudes.

Sá e Hoog (2007, p. 12) dizem que:

Fraudar tem sido um negócio proveitoso para os que possuem poder de decisão e comando, mal que tem contaminado, inclusive as camadas inferiores das administrações. [...] Intensamente praticada, repudiada pela ética e pela moral, a fraude é considerada perante a lei como algo que merece reprovação.

Destacam, também, que a fraude, ato doloso, é totalmente diferente do erro, ato culposo. O ato intencional, visando o proveito em causa própria ou de grupos é denominado crime doloso, e, normalmente, o criminoso procura escondê-lo, fato que gera mais trabalho, astúcia, requerendo perspicácia e técnica para coibi-lo. O erro, em sentido lato, é comum (não há quem não possa cometer algum) e de fácil identificação, mas deve ter indagação sobre a sua origem (SÁ e HOOG, 2007).

Um chefe, um diretor, em geral, é exemplo para o subordinado. Um empregado pode estar motivado para fraudar se vê o superior fazê-lo abertamente. Muitos são os casos que conhecemos de empresas que nem sequer puderam punir os faltosos, porque elas mesmas praticavam a fraude através de sonegação de impostos, adulteração de produtos, subtração de pesagens, etc. Quando, todavia, os princípios são honestos, quando a atividade se desenvolve dentro de um clima de sinceridade, tem a administração plena condição moral para punir o infrator. Dentre as estratégias, todavia, da fraude, acha-se, sem dúvida, a que se apoia no “exemplo que de cima procede”. (SÁ, HOOG, 2007, p. 41).

Gil (1999, p. 88) diz que fraude é um momento de inteligência e astúcia na agressão à condução dos negócios; não passa despercebido aos executivos sua incapacidade técnica e sistêmica ante a ocorrência de eventos fraudulentos em suas áreas de atuação – o sentimento de derrota é inevitável em face dos momentos de fraudes. As organizações devem colocar em seu plano anual de treinamento momentos de discussão do assunto fraudes.

2.1.1 Triângulo de Fraudes

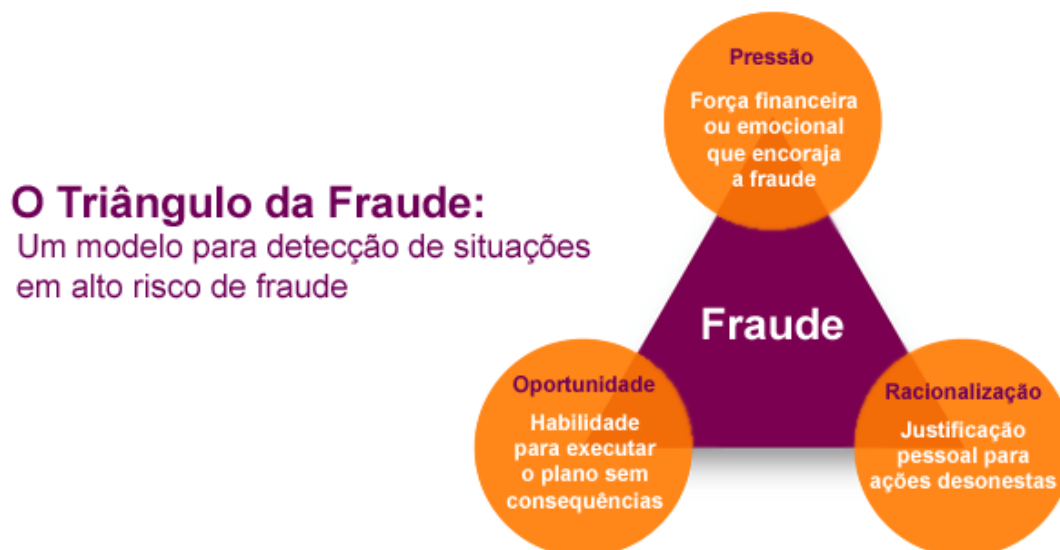
De acordo com Cressey (1953), criminologista norte-americano estudioso do combate ao crime organizado, a ocorrência de fraudes é condicionada pela existência conjunta das três dimensões: pressão, oportunidade e racionalização. A pressão corresponde a problemas financeiros não compartilhados pelo indivíduo, como: medo de perder a ocupação atual, o alcance ou manutenção de um dado padrão de vida e problemas pessoais. A oportunidade é a existência de conhecimento necessário e a posse de informações sobre os pontos falhos de governança corporativa e a oportunidade de resolver o problema não compartilhado. E a racionalização é o processo de racionalizar o ato como justificável e/ou aceitável e “correto”.

O triângulo de fraudes é resultado do estudo de Cressey (1953). Este estudo, por intermédio de entrevistas, postulou a seguinte hipótese final:

Pessoas confiáveis se tornam violadores da confiança quando elas se consideram como tendo um problema financeiro que não pode ser compartilhado, e estão cientes de que este problema pode ser resolvido secretamente pela violação de confiabilidade financeira e conseguem aplicar, à sua própria conduta, verbalizações que lhes possibilitem ajustar seus conceitos de si mesmas como pessoas confiáveis como usuários de fundos e propriedades que lhes foram confiados (CRESSEY, 1953, p.30).

Essa teoria é frequentemente utilizada no estudo das fraudes. O que aproxima a literatura de detecção de fraudes das ferramentas de controle e/ou contenção da corrupção é tanto sua natureza criminal quanto quem as comete.

Figura 1: Triângulo da Fraude.



Fonte: Prevenção a fraude E-Commerce.

2.1.1.1 Oportunidade

A presença desta variável tem muito a ver com a efetividade do controle interno, descuido com os processos e normas, aplicação de procedimentos inadequados ou a fraca atuação gerencial (DESAI et al., 2010). É esta a variável que as organizações mais dedicam seus esforços, aumentando os controles. Mas isso tem limite, pois o controle custa caro suplantando, às vezes, os benefícios e, no caso da corrupção, tornar a oferta de “facilidades” mais onerosa ao tornar os procedimentos administrativos mais complexos e inacessíveis ao público externo (SHLEIFER e VISHNY, 1993).

2.1.1.2 Intenção/Pressão

Golden (2006) chama esta variável de “necessidade”. Este termo é mais abrangente, pois considera, também, as pressões, os desejos e as aspirações de um agente. Todas as pessoas possuem necessidades, podem ser financeiras, psicológicas, sociais, etc. Pessoas necessitam pagar contas, atingir metas, não perder o emprego ou mesmo adquirir bens que julgam serem essenciais para si. Um gerente, pressionado pelo atendimento de metas, pode

ser tentado a forjar um balanço, a simular vendas, a adiar um pagamento, antecipar receitas ou mais. Um agente de governo pode ter a necessidade pessoal de mais recursos, pagar compromissos de campanha, obedecer às determinações suspeitas da chefia para não perder seu cargo. Uma doença na família pode induzir um agente a desviar recursos. Enfim, as necessidades são inúmeras e todos as possuem.

2.1.1.3 Atitude/Racionalização

Ravinsankar et al. (2010) chama esta variável de zona cinzenta do Triângulo, uma vez que tanto a Oportunidade quanto a Intenção/Pressão podem ou não existir de maneira categórica enquanto a Atitude/Racionalização depende de motivações íntimas do indivíduo e da situação que está atravessando. Entretanto, é nesse vértice do Triângulo, que talvez, esteja a maior quantidade de oportunidades de atuação dos programas anticorrupção.

2.2 BANCOS COMERCIAIS

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, que pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão Banco (Resolução CMN 2.099, de 1994).

No Brasil, estão em funcionamento 20 bancos comerciais, 132 bancos múltiplos, três bancos de câmbio e a Caixa Econômica Federal (BACEN, 2017). Entretanto, os bancos comerciais representam o grupo mais expressivo das instituições financeiras bancárias em relação ao tamanho (SAUNDERS, 2007).

Já as instituições financeiras não bancárias, como as corretoras, sociedades de arrendamento mercantil e bancos de investimentos, não recebem depósitos à vista e trabalham com ativos não monetários, como ações e outros títulos mobiliários (ASSAF NETO, 2010). Contudo, o foco deste estudo se centra nos bancos comerciais.

2.3 AUDITORIA EXTERNA

Segundo Fumegalli (2012), os passos efetuados pela auditoria devem, primeiramente, ser planejados para que haja uma sequência de trabalho a ser seguida. Após, o auditor avaliará os procedimentos de controle interno, efetuando a revisão dos mesmos. Ao executar os procedimentos de auditoria, o auditor aplicará testes de avaliação para colher as evidências, ou seja, os fatos ocorridos e, a partir deste, emitirá um relatório com as deficiências do setor e sugestões de melhoria.

Conforme definição trazida por Boynton, Jonhson e Kell (2002, p. 181), risco de auditoria é o risco de que o auditor possa inadvertidamente não modificar adequadamente seu parecer sobre demonstrações contábeis que contêm erros ou classificações indevidas materiais.

A contabilidade é usado para fraudar, como foi observado em países da Europa e, mais recentemente, nos Estados Unidos, que resultaram, inclusive, em aprovação de lei para combater a fraude nos balanços (Lei Sarbanes Oxley).

Conhecer como se praticam as fraudes é questão fundamental para um profissional da auditoria. Saber como se frauda, pois, é habilitar-se a avaliar as “possibilidades do acontecimento” e para “identificar os indícios” (SÁ e HOOG, 2007, p. 23).

“Os relatórios de auditoria mencionam que a auditoria é realizada para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as práticas contábeis. Com isso, podemos afirmar que há um risco de que as demonstrações contenham erros que o auditor não consiga detectar.” (FUMEGALLI, 2012 p.11).

A auditoria externa claramente como foi vista não tem a função de prevenir fraudes, logo a auditoria interna tem a função de prevenir as fraudes com seus auditores dentro da empresa.

2.4 AUDITORIA INTERNA

Pode-se definir auditoria interna como “uma atividade de avaliação independente existente dentro de uma organização, destinada à revisão das operações e os segmentos

organizacionais que tenham impactos e gerem informação de âmbito contábil, financeiro, fiscal, etc.” (ATTIE, 2009, p.53).

De acordo com Crepaldi (2011, p.31) seu objetivo é “auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas”,

A seguir, uma referência em torno do início de fraudes e a importância dos controles internos.

As fraudes se operam, geralmente, quando não existem bons controles dentro das empresas. Excelente critério de controlar é implantar uma auditoria interna de qualidade, ou seja, um serviço de acompanhamento de tudo o que se executa na empresa. (SÁ e HOOG, 2007, p. 137).

Os sistemas de controles internos são, portanto, elementos essenciais da governança corporativa, e terão a eficácia desejada quando houver maior conscientização dos gestores das empresas sobre a importância da profissionalização da administração empresarial. A governança precisa ser considerada acima de qualquer processo que envolva, entre outros elementos, decisões de cunho unilateral, sentimentos de rivalidade, personificação do poder ou, mais comumente visto nesses últimos tempos, a ganância desmedida (PAPINI, 2009).

3 METODOLOGIA

A escolha do tipo de pesquisa, deve estar diretamente relacionada ao problema a ser investigado, é muito importante para o alcance dos resultados desejados no desenvolvimento do trabalho.

3.1 MODELO DE PESQUISA

As obras literárias sobre metodologia científica apresentam, em geral, três tipos de pesquisa com diferentes finalidades: exploratória, descritiva e experimental.

A exploratória possibilita ao pesquisador, segundo Trininõs (1987), aumentar sua experiência em torno de determinado problema, e, Richardson (1985), diz que esta é utilizada quando não se tem informações sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno.

Na experimental o pesquisador analisa o problema, constrói suas hipóteses e trabalha manipulando os possíveis fatores, as variáveis que se referem ao fenômeno observado, para avaliar como se dão suas relações preditas pelas hipóteses, segundo Koche (1997).

Já a descritiva, segundo Gil (1987), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa descritiva, sendo que os dados e informações foram obtidos através do Google acadêmico, que apresentaram as informações necessárias para a realização do trabalho.

Whitemore e Knafl (2005), apresentam quatro tipos de métodos utilizados para a elaboração de uma revisão bibliográfica sistemática: meta-análise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão integrativa que é o método utilizado nesta pesquisa. A revisão bibliográfica sistemática pode ser vista como uma metodologia guarda-chuva, ou seja, incorpora diferentes tipos de métodos para o processo de revisão da literatura.

Para Whitemore e Knafl (2005), o “termo integrativa tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método”, ponto esse

que “evidencia o potencial para se construir a ciência” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.127).

Botelho, Cunha e Macedo (2011, p.133) enfatizam que o método da revisão integrativa pode ser “incorporado às pesquisas realizadas em outras áreas do saber, além das áreas da saúde e da educação”, pelo fato de ele viabilizar a capacidade de sistematização do conhecimento científico e de forma que o pesquisador aproxime-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre sua produção científica para conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, visualizar possíveis oportunidades de pesquisa.

Assim, segundo esses autores, esse procedimento deve ser escolhido quando se quer realizar “a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado” (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011, p.133) e/ou quando se pretende obter “informações que possibilitem aos leitores avaliarem a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão” (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011, p.133)

Uma revisão integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (BROOME, 2006). Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema. A revisão integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; BENEFIELD, 2003; POLIT; BECK, 2006).

O Quadro 1 apresenta as principais diferenças entre a revisão narrativa e a sistemática, que é fundamental relativa ao método. De modo geral, os fundamentos que as diferenciam são: tipo de questão, fonte, seleção e avaliação dos dados, síntese do conhecimento produzido.

Quadro 1: Diferença fundamental relativa ao método

Itens	Revisão narrativa	Revisão Sistemática
Questão	Ampla	Específica
Fonte	Frequentemente não especificada, potencialmente com viés	Seleção baseada em critérios aplicados uniformemente
Seleção	Variável	Avaliação criteriosa e reprodutível
Avaliação	Variável	Criteriosa e reprodutível
Síntese	Qualitativa	Qualitativa ou quantitativa

Fonte: adaptado de Cunha (2014)

3.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

No Brasil, segundo Rother (2007), a colaboração Cochrane recomenda que a revisão bibliográfica sistemática seja efetuada em sete passos, formulação da pergunta, localização dos estudos, coleta de dados, avaliação crítica dos estudos, análise e apresentação dos dados, interpretação dos dados e aprimoramento e atualização da revisão.

3.2.1 Fase 1: Formulação da pergunta.

Determinou quais os estudos incluídos, os meios adotados para a identificação e as informações coletadas do estudo selecionado nesta pesquisa que tem como formulação de pergunta, como prevenir fraudes em bancos comerciais.

A amostra está direcionada, especialmente, às informações obtidas junto a fontes que tenham divulgado e/ou publicado suas experiências em torno do assunto a ser pesquisado. Os dados e informações foram obtidos através de consulta ao Google acadêmico, limitando a pesquisa somente as publicações entre 2008 até 2017, que apresentaram as informações necessárias para a pesquisa.

3.2.2 Fase 2: Localização dos estudos.

O segundo passo para o planejamento e escolha de uma estratégia de busca é a escolha e definição dos critérios de inclusão e exclusão, que têm por objetivo manter a coerência com a pergunta de pesquisa previamente estabelecida (LOPES, 2002).

Deve-se expor e discutir claramente os critérios de inclusão e exclusão de artigos. A inclusão de fontes disponíveis no Google acadêmico excluindo as fontes que não têm relação com a formulação da pergunta banco mais fraudes.

3.2.3 Fase 3: Coleta de dados.

Para extrair os dados das fontes selecionados, fez-se necessária a utilização de um instrumento previamente elaborado capaz de assegurar que a totalidade dos dados relevantes seja extraída. Esta etapa, quadro 2 relações de Fontes Selecionadas, se fez a coleta dos dados com instrumentos previamente elaborados, limitando a coleta dos dados num certo período de tempo (2008 até 2017) e estabelecendo a coleta de fontes de dados somente no Google acadêmico.

Quadro 2 - Relações de Fontes Selecionadas

TÍTULO	AUTOR (S)	PUBLICAÇÃO (ANO)	TIPO	PUBLICADO	SITE (LINK)
Gestão de Fraudes Financeiras Externas em Bancos	Oliveira	2012	Tese	Departamento de Administração Programa de Pós-Graduação em Administração das Organizações	Http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-21122012-111004/en.php
A Gestão Dos Riscos Operacionais Nas Instituições Financeiras	Christoff Vieira	2014	Periódico	Biblioteca digital Unijui	http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4672/La%C3%ADse%20Adriana%20Klunk%20Christoff.pdf?sequence=1

Um estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do setor privado no estado de São Paulo	Nascimento	2013	Tese	UNIFECAP	http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/655/1/Wesley_Souza_do_Nascimento.pdf
Práticas de Corrupção e Mecanismos de Controle e Prevenção em Bancos Brasileiros: um Estudo sob a Perspectiva de Gerentes e Funcionários	Pardini Costa Matuck Filho	2011	Periódico	Associação Nacional DE Pós Graduação e Pesquisa em Administração	Http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON2931.pdf
Fraudes Eletrônicas: o que há de novo	Bastos Pereira	2015	Artigo	Biblioteca Digital (UERJ)	http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5565
A Importância Da Auditoria e Perícia Para o Combate a Fraudes e Erros Na Contabilidade Das Empresas	Medeiros Moura Botelho	2012	Artigo	Biblioteca Digital (UFRN)	http://fipecafi.imprensa.ws/wp-content/uploads/2012/01/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-AUDITORIA-E-PER%C3%84DCIA-PARA-O-COMBATE-A-FRAUDES-E-ERROS-NA-CONTABILIDADE-DAS-EMPRESAS.pdf
Antecedentes e características do risco de fraude contábil: uma análise multicase no setor bancário brasileiro	Borges	2017	Dissertação	Repositório (UFU)	https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20148

O processo de inovação tecnológica dos bancos brasileiros a partir das fraudes eletrônicas	Lima	2016	Monografia Graduação Digital	Acervo digital (UFPR)	https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46841
Instituições Bancárias: as Fraudes Via Internet Banking, com cartões e suas medidas Preventivas	Frigo	2013	Monografia	Acervo digital (UFPR)	https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48688/R%20-%20E%20-%20ANNE%20DINAURA%20FRIGO.pdf?sequence=1
O Sigilo Bancário e a Fraude Fiscal: interrelação científica e dogmática	Ventura	2015	Dissertação de Mestrado	Repositório da Universidade Nova de Lisboa (RUN)	https://run.unl.pt/handle/10362/16345
Uma Visão Geral sobre Fraudes Bancárias Online	Guimarães	2010	Periódico	Congresso Nacional Universidade, EAD	http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/2674
Mitigação Do Risco Operacional De Fraude Eletrônica Por Meio Do Internet Banking Na Caixa Econômica Federal	Albuquerque	2012	Artigo	ICESP	http://CE FEDERAL - nippromove.hospedagemdesites.ws
A fraude contabilística e o ambiente empresarial	Lourenço Sarmiento	2008	Periódico	Ordem dos Contabilistas Certificados	https://www.occ.pt/downloads/files/1224596074_34a37_contabilidade.pdf
A Responsabilidade e Eletrônica Das Instituições Bancárias	Nunes	2014	Artigo	USP 1.	http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/3129/2252

Análise dos mecanismos de controles internos em instituições financeiras	Dalpian	2011	Trabalho de conclusão de graduação	UFRGS	https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35000

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2.4 Fase 4: Avaliação crítica dos estudos.

Após selecionar os artigos originais, deve avaliá-los quanto aos critérios de inclusão e exclusão e procedimentos de validade, para que se possa determinar quais são os mais relevantes, válidos, confiáveis e aplicáveis. Essa avaliação deve ser elaborada de forma concisa e fácil (MELNYK; FINEOUT-OVERHOLT; STILLWELL; WILLIAMSON, 2010).

Para isso foi criada uma matriz de síntese com artigos selecionados, assim facilitando a compreensão de definição de fraudes, fatores que incentivam as fraudes, fatores que evitam fraudes, tipos de fraudes e forma de atuação e mecanismo dos fraudadores.

3.2.5 Fase 5: Análise e apresentação dos dados.

Nesta etapa, a partir da interpretação e síntese dos resultados, compararam-se os dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico. A análise foi realizada de forma qualitativa, qual seja, foram avaliados conteúdos diretamente relacionados ao tema proposto de forma que os objetivos almejados no presente projeto seja, devidamente alcançados.

A revisão bibliográfica sistemática, ao contrário da revisão narrativa, é uma revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar dados desses estudos incluídos na revisão (CASTRO, 2006).

3.2.6 Fase 6: Interpretação dos dados.

Contempla visualizar e interpretar os dados, ou seja, a conversão dos achados em uma forma visual de subgrupos, podem ser expressos em tabelas, gráficos ou quadros, nos quais é possível a comparação entre todos os estudos selecionados (CASTRO, 2006).

3.2.7 Fase 7: Aprimoramento e atualização da revisão.

Apresentação da revisão deve ser clara e completa para permitir ao leitor avaliar criticamente os resultados. A revisão deve possibilitar a replicação do estudo. Dessa forma, a integrativa emitirá informações que permitam aos leitores avaliarem a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão (CASTRO, 2006).

4 RESULTADOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados encontrados e suas discussões à luz do referencial teórico com os artigos selecionados na matriz de síntese. Primeiramente, são apresentados as definições de fraudes e tipos de fraudes, e posteriormente a forma de atuação e mecanismo dos fraudadores. Em seguida, são apresentados os fatores que incentivam as fraudes e, por último são apresentados formas de prevenir e detectar fraudes.

4.1 DEFINIÇÕES DE FRAUDES

A fraude pode ser caracterizada pela falsificação ou alteração de registros ou documentos; pela omissão de transações nos registros contábeis; por registrar transações sem comprovação; e ainda por aplicar práticas contábeis indevidas. A fraude é motivada pela intenção de lesão de interesses alheios, resultando falsas situações de contas, lucros líquidos alterados, erros na classificação de receita e despesa, omissão de entrada de dinheiro, e outros atos falsos com intenção criminosa (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012)

Fraude, é considerada como um ato intencional, com o objetivo de obter benefícios ilícitos ou ilegais, em que a ilicitude, ou a ilegalidade, se considera como sendo um ato ilegítimo, portanto não lícito ou não legal (LOURENÇO; SARMERTO, 2008).

De acordo com Sá e Hoog (2005, p. 19, apud OLIVEIRA, 2012) apontam que a origem do termo fraude vem do latim *fraus* e *fraudis*, e explicam que a fraude é “um ato doloso cometido de forma premeditada, planejada, com a finalidade de obter proveito com o prejuízo de terceiros”. Desse modo, a fraude pode ser compreendida como qualquer meio utilizado com o intuito de obter vantagem injusta sobre alguém, seja por ação ou omissão.

Um dos pontos destacados na literatura é a diferenciação de fraude e erro. A fraude é caracterizada por um ato intencional com o intuito de se obter benefício próprio, diferentemente de um erro, que está relacionado a um ato não intencional. A fraude implica em um delito, ou seja, em um crime doloso, enquanto que o erro é um ato ilícito, mas não é doloso, sendo resultado de negligência e/ou desconhecimento das normas (SÁ; HOOG apud

OLIVEIRA, 2012). Sendo assim, “a fraude, qualquer que seja a forma com que se configure, encerra sempre, como elemento ínsito, a frustração de uma normal legal” (CAHALI apud OLIVEIRA, 2012).

A fraude por ser um ato intencional, é mais difícil de ser descoberta, pois os autores muitas vezes tentam encobrir seus atos. Oliveira (2012) apud Christoff; Vieira (2014), em seu estudo, destaca que os principais tipos de fraudes operacionais a que os bancos comerciais estão expostos, sejam elas internas ou externas, são:

Quadro 3: Tipo de risco operacional versus fraude

Risco Operacional	Exemplo de Fraude
Pessoas	Documentos falsos; Roubo de ativos.
Processos	Não há validação das informações prestadas; pagamentos e recebimentos realizados pela mesma pessoa.
Tecnologia	Sistema vulnerável. O programador deixa um comando para apagar ou capturar informações de clientes.

Fonte: adaptado de Oliveira (2012, p. 27)

4.1.1 Definição legal

Cretella Júnior (1978, p. 227) considera que, juridicamente, a fraude é conceituada como “malícia, engodo, simulação e dissimulação”, sendo tratada, no Código Penal, como crime contra o patrimônio (apud VENTURA, 2015).

O dolo, a fraude, a simulação e outros atos de má fé podem ser comprovados por meio de vestígios e circunstâncias, conforme prescreve o Art. 252 do código de Processo Civil (ARMANDO, apud CHISTOFF; VIEIRA, 2014). Logo, a caracterização de fraude é feita conforme a Lei 11.101/05: “Praticar (...) ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outro (BRASIL, apud CHISTOFF; VIEIRA, 2014).

A responsabilização da fraude tem dois aspectos: o penal e o civil. O primeiro é o enquadramento do ato fraudatório como crime e implica na aplicação de medidas punitivas, apenas utilizado quando desejar a sanção criminal do autor da fraude. O segundo engloba as perdas causadas pela fraude cometida. É nesse último aspecto que é feita a tentativa de recuperação do montante que foi desviado, através do pedido de medida cautelar de produção antecipada de provas e de busca e apreensão de documentos que possam servir como futuras provas (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

4.2 TIPOS DE FRAUDES

Casualmente se tem notícia de ocorrências policiais envolvendo fraudes contra bancos comerciais, são várias as modalidades de fraudes empregadas em prejuízo de terceiros. Assim descrevesse alguns tipos de fraudes a seguir como a fraude contábilística, fraude eletrônica e fraude por corrupção.

Quadro 4 – Tipos de Fraudes

TIPOS DE FRAUDES	CONCEITO
Fraude Contábilística	A Contabilidade, como uma ciência social aplicada, tem como objetivo fornecer informações úteis, confiáveis, verificáveis, comparáveis e transparentes, de modo a auxiliar na tomada de decisões dos seus diversos usuários (VENTURA, 2015).
Fraude Eletrônica	As fraudes eletrônicas representam atualmente uma grande ameaça tanto às grandes empresas quanto para as pessoas físicas. O crescimento do comércio eletrônico tem gerado facilidade, agilidade e velocidade nas transações comerciais e financeiras (BASTOS; PEREIRA, 2015).
	As práticas corruptas se constituem em

Fraude por Corrupção	atributos de ameaça à gestão dos riscos da organização por gerarem perdas e reflexos nos resultados. No setor bancário, a corrupção ganha maiores dimensões pelo volume de numerários em circulação e as facilidades de acesso a práticas de desvios de conduta (PARDINE; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).
----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor.

4.2.1 Fraude Contabilística

Algumas entidades, pelo seu posicionamento no tecido econômico nacional, podem permitir que se criem condições para que as fraudes ocorram. Nos bancos comerciais à semelhança do problema do *Subprime* Americano, por muito crédito bancário concedido com exagerado risco, carecendo de segurança mínima o retorno dos capitais emprestados, tornando a organização demasiado dependente do banco que, por sua vez, não tem vocação nem interesse em assumir a gestão efetiva da entidade. Esta debilidade pode ser forma para as mais variadas situações de fraude (LOURENÇO; SARMENTO, 2008).

Tanto a nível nacional como internacional, potenciado pelo desenvolvimento das relações comerciais e financeiras, a eliminação de barreiras à livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, e pela internacionalização das empresas e a permissividade de alguns países neste domínio. Podem ser identificados diversos motivos para que as pessoas se furtem ao pagamento da respetiva carga fiscal. Entre eles encontra-se a elevada carga fiscal dos Estados modernos que pressiona fortemente os rendimentos e património dos agentes económicos. Situação agravada pelo fato de os contribuintes que não cumprem as suas obrigações fiscais diminuírem as receitas do Estado, que se vê obrigado a aumentar impostos, sobrecarregando ainda mais os contribuintes cumpridores que, desta forma, se podem também sentir tentados a incumprir (VENTURA, 2015).

Oliveira (2012) apud Christoff; Vieira (2014) ainda destaca as fraudes financeiras, que envolvem os funcionários e as demonstrações contábeis. As fraudes com funcionários tratam do roubo ativos, “por meio de esquemas com pagamentos, reembolsos com despesas,

muitas vezes existe a participação de dois ou mais funcionários” (OLIVEIRA, 2012, p. 28). Já as fraudes nas demonstrações contábeis, “são caracterizadas pela omissão ou alteração intencional de relatórios financeiros, ou seja, a manipulação, alteração ou falsificação de demonstrações financeiras ou documentos que dão suporte a elas” (OLIVEIRA, 2012, p. 28).

4.2.2 Fraude Eletrônica

As fraudes eletrônicas representam atualmente uma grande ameaça tanto às grandes empresas quanto para as pessoas físicas. O crescimento do comércio eletrônico tem gerado facilidade, agilidade e velocidade nas transações comerciais e financeiras cotidianas, mas sua segurança ainda é questionável (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Os crimes em informática são classificados em virtuais puros, mistos e comuns (PINHEIRO, 2001, p.18-19). O crime virtual puro seria o ilícito contra o computador (sistema e equipamento). O crime virtual misto seria aquele que o delito transcorre com o uso da informática, mas visa atingir outros bens. Já o crime virtual comum é aquele que já encontra tipificação penal na lei (apud BASTOS; PEREIRA, 2015).

Martin (2002) afirma que a fraude tornar-se-á no futuro um problema da maior relevância e de detecção cada vez mais difícil, devido à sofisticação dos meios computacionais. A ampliação da virtualização do crime à medida que aumentam os riscos de ataques aos ativos organizacionais, força a contratação de mão de obra qualificada destinada a prevenir e combater ações ilícitas (apud PARDINE; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

4.2.2.1 Fraude Bancária Online

A evolução dos hábitos da humanidade e o advento de novas ferramentas e tecnologias cria também oportunidades para os fraudadores. É o caso da Internet. Além de facilitar operações como transações bancárias e compras ela fez surgir uma nova modalidade de fraudes: as fraudes online (GUIMARÃES, 2010). A fraude bancária online é um tipo de fraude eletrônica.

O principal meio de fraude na Internet é o *phishing*, que se baseia no envio de um e-mail fraudulento com o objetivo de obter códigos de acesso e dados financeiros. A obtenção destes dados pode ser feita de diversas maneiras. As mais comuns são os *bankers*, que monitoram a troca de informações entre a vítima e os sistemas dos bancos, e as páginas falsas, que tentam se passar por páginas verdadeiras de bancos (GUIMARÃES, 2010).

Os crimes digitais afetam o mundo inteiro, muitas entidades financeiras e milhares de pessoas sem que o agressor sequer saia de casa. As ameaças antes restritas a especialistas e estudiosos, são muitas vezes disponibilizadas gratuitamente na internet, tais como programas para fraudar senhas, disseminar vírus, monitorar redes, identificar fragilidades e atacar servidores (FRIGO, 2013).

4.2.3 Fraudes por Corrupção

Segundo Filgueiras (2008), a corrupção é um tipo de força oculta, representando um fenômeno ubíquo, apoiado em segredos e esquemas que ultrapassam as fronteiras morais (apud PARDINE; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

As ações corruptas no sistema financeiro podem ser praticadas por dois agentes corruptores (um interno e outro externo), por um único funcionário, ou por indivíduos ou grupos que atuam externamente, como é o caso dos crimes virtuais. O levantamento de práticas corruptas que são vivenciadas nas atividades bancárias diárias permitiu verificar que o desvio de conduta é utilizado, não somente para assegurar vantagens financeiras diretas, como também para garantir o cumprimento de metas organizacionais (PARDINE; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

4.3 FORMA DE ATUAÇÃO E MECANISMO DOS FRAUDADORES

Este subcapítulo aborda a forma de atuação e mecanismo dos fraudadores dentro do ambiente contábil, eletrônico e corrupto.

4.3.1 Fraude Contabilística

Pelo mau uso de estimativas e julgamentos pode ser considerado como um importante motivo das altas distorções e erros que estão escondidos nas demonstrações contábeis. Logo, provisões podem ser manipuladas para baixo, ou até mesmo serem inexistentes na contabilidade; assim como receitas de serviços podem adotar metodologias complicadas somente com o intuito de fraudar (LOURENÇO; SARMENTO, 2008).

De acordo com Sá (2011), no geral, escândalos financeiros e fraudes contábeis são maquiados nas demonstrações financeiras por meio da contabilidade criativa, sendo os estoques uma das contas mais fáceis de serem manipuladas na contabilidade. Assim, a fraude contábil normalmente está associada à superavaliação dos estoques, o que proporciona maior lucro para as empresas (SÁ, 2011).

Erros contábeis ou a manipulação de dados por funcionários de alta confiança podem gerar fraudes financeiras. Além disso, a falta de procedimentos adequados nas operações pode propiciar atitudes ilícitas, que posteriormente acarretará uma fraude (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

São exemplos de erros: somas feitas sem computar parcelas, crédito em dobro, inversão de números, esquecimento de realizar transportes de números, classificação indevida de documento etc. Esses fatores podem causar grandes problemas às organizações, uma vez que podem causar a falência da empresa, como também provocar a perda de seus clientes, entre outros fatores (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

Quadro 5 - Erros, irregularidades e fraudes contabilísticas

TIPO DE OCORRÊNCIA	DESIGNAÇÃO DO ATO	ORIGEM DA OCORRÊNCIA
Erro	Ato não intencional	Falha técnica ou descuido
Fraude	Ato intencional, ilegítimo e doloso	Obtenção de benefícios ilegais ou ilícitos
Irregularidade	Ato intencional não doloso	Desconhecimento técnico

Fonte: adaptado de Lourenço e Sarmento (2008, p. 35).

4.3.2 Fraude Eletrônica

Quadro 6 - Tipos de Fraudes Eletrônicas conceituadas

TIPOS DE FRAUDES ELETRÔNICAS	CONCEITO
<i>Internet Banking</i>	É o banco online. Nele, há possibilidade de fazer operações da conta, sem ter de ir até uma agência bancária. Conseguisse fazer pagamento de contas, transferências, investimentos, tudo sem sair do computador. É uma opção muito interessante para não perder tempo indo ao banco, nem atrasar o pagamento de contas (GUIMARÃES, 2010).
Cartões de Crédito	Cartão de crédito é uma forma de pagamento eletrônico. O cartão de crédito pode ser usado com meio de pagamento para comprar um bem ou contratar um serviço. O titular recebe mensalmente no endereço indicado a fatura para pagamento e pode escolher pagar o total cobrado, somente o mínimo ou algum valor intermediário, postergando o pagamento do restante para o mês seguinte mediante cobrança de juros. Toda conta de cartão de crédito possui um limite de compras definido pelo banco emissor. As compras efetuadas reduzem o limite disponível até que, quando insuficiente, novas compras são negadas. O pagamento da fatura libera o limite para ser utilizado novamente (AZEVEDO, apud LIMA, 2016).
	O <i>Phishing Scam</i> é uma tentativa de fraude

<p style="text-align: center;"><i>Ataques Phishing Scam</i></p>	<p>pela internet que utiliza iscas, isto é, artifícios para atrair a atenção de uma pessoa e fazê-la realizar alguma ação. Caso o indivíduo morda a isca, poderá acabar informando dados bancários ou outras informações confidenciais a desconhecidos, percebendo apenas tardiamente que foi vítima de uma fraude eletrônica (AZEVEDO apud LIMA, 2016).</p>
------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor.

As pessoas de fora que invadem um sistema podem também estar agindo através da combinação com outro pertencente à organização, o que potencializa a possibilidade de sucesso de um ataque fraudulento. Já quando a pessoa de fora da organização age sozinha, é necessário que tenha um forte conhecimento técnico de informática e da estrutura de montagem dos controles lógicos de determinada plataforma de informática. A ocorrência de fraudes em nível elevado afeta a qualidade organizacional, particularmente quando atingem consumidores dos produtos ou serviços da empresa (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Outra possibilidade de ataque possível é por meio da indução do usuário a clicar em um *link* presente em uma mensagem falsa recebida, que fará o redirecionamento do mesmo a um site falso que simula o site oficial da instituição bancária. Em regra geral, esse site falso vai solicitar dados pessoais do usuário, inclusive número da conta e senha, que serão disponibilizadas pelo cliente diante de sua crença em se tratar do site verdadeiro do banco, por isso, confiável (AZEVEDO, apud LIMA, 2016).

Os e-mails fraudulentos utilizam-se de temas que supostamente dizem respeito à vítima ou que mexem com sua curiosidade. Para aumentar a credibilidade da fraude são usados logos das empresas originais, linguajar adequado, estrutura fiel à da mensagem original, remetente falso se passando pela empresa em questão, etc. Entre os temas mais recorrentes temos: bancos pedindo que a vítima atualize o dispositivo de acesso ao *Internet Banking*, sob pena de bloqueio; notícias falsas de forte apelo, como morte de alguma celebridade ou algum tema atual; fotos e vídeos sensuais, fotos provando traições;

recebimento de alguma mensagem de texto acessível em alguma página, como torpedos, telegramas online; notificações financeiras e cadastrais diversas (GUIMARÃES, 2010).

É cada vez mais frequente notícia de fraudes com cartões de crédito, seja por compra através de telefone, internet ou por fax ou, até mesmo, pelo simples fato de o cliente entregar o cartão ao vendedor e o mesmo levá-lo a lugares fora do seu campo de visão. Também se tornou comum notícia de fraude por e-mail, através do qual se induz os clientes a fornecer dados pessoais, senhas, contas corrente e o número do cartão de crédito (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Azevedo (2012) coloca que o cliente bancário é o alvo principal das fraudes eletrônicas que infectam o computador utilizando uma ferramenta maliciosa ou a indução da própria vítima a partir de uma mensagem fraudulenta que tem como objetivo de repassar as informações para o agente fraudador. Diante disso, percebe-se que o próprio sistema de informática da instituição bancária sofre invasão ou ataque direto, nem mesmo aqueles provenientes dos provedores Internet. As principais tentativas de fraude concretizadas sobre clientes do sistema financeiro e usuários do ambiente Internet no país se baseiam principalmente em ataques *phishing scam* e *pharming* (AZEVEDO apud LIMA, 2016).

4.3.2.1 Fraude Bancária Online

A fraude bancária online requer o consentimento da vítima, na grande maioria dos casos a fraude ocorre por alguma falha da vítima. O simples recebimento de um e-mail fraudulento não instala, por exemplo, um *banker* no computador da vítima. O processo normal de uma fraude é o seguinte: a vítima recebe um e-mail fraudulento, por algum motivo a vítima acessa o link disponível na fraude recebida, este link leva a uma página falsa ou a um *banker* que requer a confirmação de instalação pela vítima, a vítima acessa a página falsa e fornece dados sensíveis e após a instalação do *banker*, acessa a página verdadeira do banco, os dados são capturados pela página falsa ou pelo *banker* instalado no computador (GUIMARÃES, 2010).

Os e-mails fraudulentos utilizam-se de temas que supostamente dizem respeito à vítima ou que mexem com sua curiosidade. Para aumentar a credibilidade da fraude são usados logos das empresas originais, linguajar adequado, estrutura fiel à da mensagem

original. Entre os temas mais recorrentes tem-se: bancos pedindo que a vítima atualize o dispositivo de acesso ao *Internet Banking*, sob pena de bloqueio, notícias falsas de forte apelo, como morte de alguma celebridade ou algum tema atual, fotos e vídeos sensuais, fotos provando traições, recebimento de alguma mensagem de texto acessível em alguma página, como torpedos, telegramas online. Notificações financeiras e cadastrais diversas como: pendências de CPF, título eleitoral e de crédito, avisos de débitos e cobranças, transações de comércio eletrônico, orçamentos (GUIMARÃES, 2010).

Além de seguirem os modelos das mensagens oficiais, como é o caso de notificações de bancos, as fraudes possuem algumas características comuns que auxiliam na identificação: erros de português grotescos, remetente suspeito, impessoalidade, informação improvável, como promoções exageradas, links esquisitos que não têm a ver com os links da página oficial (GUIMARÃES, 2010).

4.3.3 Fraude por Corrupção

A utilização do poder conferido ao corrupto é uma das principais formas de se conseguir vantagens pessoais. Esse poder é manifestado tanto por posições e cargos exercidos que garante acesso a processos específicos, quanto pela detenção de informações privilegiadas relativas a diversos assuntos (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

As instituições bancárias adotam códigos de conduta e medidas de conscientização educacionais no combate da corrupção. Outro recurso bastante usado é a conferência da veracidade e legalidade dos dados informados nas operações de crédito. Essa tarefa é também operacionalizada pelas auditorias que funcionam como mecanismos de pressão no monitoramento e verificação das suspeitas e denúncias de ações corruptas (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

As práticas de corrupção mais comuns compreendem os diferentes tipos de desvios de recursos, a falsificação de documentos, a facilitação de assaltos, as fraudes diversas, a lavagem de dinheiro, o pagamento ou recebimento de propina, o tráfico de influência, a abertura de contas fantasmas, a quebra de sigilo bancário, a venda ou utilização indevida de informações privilegiadas. Dentre essas práticas, as mais recorrentes são a falsificação de

documentos para fins diversos, o pagamento ou recebimento de propina e a venda ou utilização indevida de informações privilegiadas. No que se refere às práticas ou ações corruptas de maior impacto, os entrevistados destacaram novamente o pagamento ou recebimento de propina para fins diversos e as ações que envolvem maior risco de imagem para as instituições envolvidas (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

4.4 FATORES QUE INCENTIVAM AS FRAUDES

Para Parodi (2005), existem sinais de alerta que podem auxiliar na prevenção e identificação de fraudes nas organizações, como as transações de compras e vendas fictícias, por exemplo. Assim, a estrutura ou atuação inadequada da administração de uma entidade auditada, as pressões internas e externas, as transações que pareçam anormais, problemas internos no cumprimento dos trabalhos de auditoria e fatores específicos no ambiente de sistemas de informação computadorizados são aspectos que também podem evidenciar a predisposição à fraude (CREPALDI, 2009).

Sobre teorias relacionadas à fraude, Cressey (1973) cita a existência de três elementos para explicar a ocorrência de uma fraude: pressão, oportunidade e racionalização, cujos fatores passaram a ser denominados de Triângulo da Fraude. Posteriormente, Wolfe e Hermanson (2004) acrescentaram o quarto elemento: a capacidade que, em conjunto com as características psicológicas do indivíduo (como mente criminoso e arrogância), formam o chamado Diamante da Fraude, que está representado na Figura 2.

Figura 2: Diamante da fraude

Fonte: Dorminey *et al.* (2011, p. 18).

4.5 FORMAS DE PREVENIR E DETECTAR FRAUDES

O processo de prevenção de fraudes está intrinsecamente relacionado ao risco de perdas. Uma análise de custo-benefício mensurando a probabilidade de danos e perdas prováveis que poderiam ser combatidas com a implantação de um sistema de prevenção de fraudes deve ser considerada (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Os golpes podem ser inteligentes e engenhosos, mas nunca o suficiente se souber como evitá-los. Destacam-se neste capítulo algumas das formas de detecção e prevenção para combater as fraudes.

Quadro 7 – Prevenção e Detecção de Fraudes

TIPOS DE FRAUDES	PREVENÇÃO	DETECÇÃO
	Uma das ações tomadas pelos administradores para prevenção de fraudes eletrônicas como o cartão de crédito, é a verificação, mediante autorização	A estratégia para detectar a fraude se desenvolve posteriormente à ocorrência do evento, por isso, a premissa básica dos bancos que utilizam esse tipo de

<p><u>Fraudes Eletrônicas</u></p>	<p>eletrônica, se o cartão é válido e possui fundos suficientes para que seja efetivada uma compra. Nesse processo avalia-se também se não há registros do cartão ter sido roubado ou clonado (BASTOS; PEREIRA, 2015).</p>	<p>estratégia é estreitar a lacuna que se forma entre a ocorrência e a detecção da fraude, de forma a diminuir o tempo de verificação da fraude, visando combater e corrigir as falhas de controle para expurgar a possibilidade de novos prejuízos (BASTOS; PEREIRA, 2015).</p>
<p><u>Fraudes por Corrupção</u></p>	<p>No controle de possíveis desvios de recursos no ambiente bancário, deve ocorrer prioritariamente na forma preventiva buscando identificar pontos críticos no fluxo das ações desempenhadas por intermédio da análise de processos e comportamento dos responsáveis pelas atividades em execução (SPINELLI, 2008, apud PARDINE; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).</p>	<p>Na detecção das fraudes por corrupção propõe-se diminuir as oportunidades de corrupção por meio da simplificação de procedimentos e regulamentações, minimizar o poder daqueles que têm poder de decisão, despersonalizar a ação governamental por meio de mecanismos de transparência e acesso à informação dos públicos interessados e promover a meritocracia no ambiente bancário (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).</p>
	<p>O profissional de contabilidade deve agregar conhecimentos das Leis e</p>	

<p><u>Fraudes Contabilística</u></p>	<p>Códigos Processuais e de Perícia Contábil. Os estudos ajudam o contador aumentando sua capacidade de identificar padrões de conduta alterada e indícios de fraudes. Esses conhecimentos darão ao Contador Investigador de Fraudes condições de propor alternativas e penalidades para se prevenir a ação dos fraudadores (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO (2012).</p>	<p>Não consta nos artigos selecionados.</p>
--------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor.

4.5.1 Prevenção de Fraudes Eletrônicas

Tomando o exemplo do sistema de prevenção de fraudes em cartões crédito, após observar que as fraudes vinham tomando maior vulto, os custos e prejuízos aumentavam, os usuários começavam a preferir deixar de usar o cartão de crédito por insegurança e medo e a imagem das organizações empresariais envolvidas ficavam desgastadas perante o público, muitas instituições passaram a desenvolver sistemas de prevenção de fraudes como forma de coibir danos. Uma das ações tomadas pelas administradoras de cartão de crédito e que se encontra atualmente em uso, é a verificação, mediante autorização eletrônica, se o cartão é válido e possui fundos suficientes para que seja efetivada uma compra. Nesse processo avalia-se também se não há registros do cartão ter sido roubado ou clonado (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Uma questão também enfrentada pelas administradoras de cartão de crédito foi quanto às transações realizadas pela *internet*, as quais encontravam-se desprovidas da

segurança dos *microchips* e *PIN*, somente implantadas em pontos comerciais em que a pessoa está presente, de posse do cartão e o apresenta para concretizar a compra (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Mas a grande maioria das fraudes online requer o “consentimento” da vítima, ou seja, na grande maioria dos casos a fraude ocorre por alguma falha da vítima. O simples recebimento de um e-mail fraudulento não instala, por exemplo, um *banker* no computador da vítima (GUIMARÃES, 2010).

4.5.1.1 Detecção de Fraudes Eletrônicas

Uma das mais novas tecnologias aplicadas na detecção de fraudes em cartões de crédito é a de Redes Neurais. As Redes Neurais Artificiais (RNAs) se assemelham às estruturas neurais biológicas, pois tem capacidade computacional adquirida por meio de aprendizado e generalização. Como os tipos de golpes não são sempre os mesmos, ao contrário, modificam-se e aperfeiçoam-se diariamente, os sistemas convencionais tendem a não detectar uma fraude por não possuir capacidade de aprendizado automático. A Rede Neural Artificial é um sistema que utiliza técnicas de inteligência artificial para aprender novos padrões de fraude e conter novas tentativas de fraude sem intervenção humana (TREZUB, 2004, p. 22, apud BASTOS; PEREIRA, 2015).

O uso da técnica de *datamining* na detecção de fraudes em cartões de crédito é imprescindível na atualidade. Ao se realizar uma compra pela *internet*, por exemplo, tudo é muito simples para o comprador: “clica” aqui e ali, aguarda uns minutos e compra efetuada. Entretanto, por trás da simplicidade da transação esconde-se todo um sistema de segurança, inclusive quanto à possibilidade de fraudes. O sistema de detecção de fraudes manda alertas, por exemplo, se houver uma compra de diamantes as quatro horas da manhã ou se um usuário fez uso do cartão de crédito em curto intervalo de tempo em local distante um do outro (BASTOS; PEREIRA, 2015).

Para os autores acima citados, a estratégia para detectar a fraude se desenvolve posteriormente à ocorrência do evento, por isso, a premissa básica das empresas que utilizam esse tipo de estratégia é estreitar a lacuna que se forma entre a ocorrência e a detecção da fraude, de forma a diminuir o tempo de verificação da fraude, visando combater

e corrigir as falhas de controle para expurgar a possibilidade de novos prejuízos. Por isso, geralmente o sistema de detecção de fraudes parte do processo acompanhamento dos perfis de utilização de determinado produto ou serviço, observando aqueles que se distanciam dos padrões normais.

Outra inovação que tem sido utilizada, conforme mostra Silva (2014), é o *cloud computing* ou computação em nuvem que se refere ao modelo que possibilita acesso onipresente à rede a partir de um conjunto compartilhado de recursos configuráveis de computação como consolidação de novas redes, desenvolvimento de servidores, ferramentas de armazenamento, desenvolvimento de aplicativos e de serviços, entre outros que podem ser provisionados e liberados de maneira rápida empenhando mínimo esforço de gerenciamento ou interação com o provedor de serviços (apud LIMA, 2016).

O tipo comum para a detecção de fraude eletrônica é desencadeado com o fraudador utilizando e-mails, sites de relacionamento, entre outros, para fazer com o que cliente forneça seus dados pessoais e financeiros, e assim induzi-lo a instalar algum software malicioso ou acessar uma página fraudulenta, imitando a do banco, para que dados pessoais e sensíveis, como senhas bancárias e números de cartões de crédito, possam ser furtados (ALBUQUERQUE, 2012).

Após obter os dados de acesso do cliente, o fraudador realiza as seguintes transações objetivando retirar o dinheiro da conta: transferências eletrônicas entre contas e pagamento de boletos, concessionárias e tributos (ALBUQUERQUE, 2012).

4.5.1.2 Prevenção de Fraudes através do Internet *Banking*

Azevedo (2012) destaca que comumente os bancos comerciais informam aos seus clientes que seus sites e serviço de Internet *Banking* são seguros, contudo, de maneira geral, isso significa que o banco fundamentalmente conta com dois tipos de proteções: os *firewalls* e a criptografia de dados. Os *firewalls* se encontram instalados nos locais onde estão as máquinas servidoras do site da instituição, sendo que sua função básica é regular o fluxo de informações entre redes diferentes e não permitir que haja transmissão e/ou recepção de acessos maliciosos ou não autorizados na comunicação entre estas redes (AZEVEDO apud LIMA, 2016).

Outra proteção que os bancos utilizam é a criptografia de dados entre o computador do usuário e o site da instituição, através do protocolo *Secure Socket Layer – SSL*, que consiste em tecnologia padrão de segurança na transmissão de dados pela Internet, fazendo a codificação de todas as informações que navegam na rede ao longo do período em que a transação eletrônica está sendo realizada. Esse processo garante que não haja a possibilidade de interceptação da comunicação por um terceiro visando capturar e compreender as informações circulantes, como por exemplo, o número da conta e a senha bancária (AZEVEDO apud LIMA, 2016).

Contudo, descreve Azevedo (2012) que as instituições bancárias omitem que essas proteções, mesmo sendo imprescindíveis, são insuficientes para promover uma proteção completa do serviço de *Internet Banking*, porque normalmente o computador do usuário não está protegido e por isso, a partir de um ataque via *phising*, pode haver a instalação de um programa malicioso localmente que faz o monitoramento do teclado, obtendo, assim, capturar informações como número da conta e a senha bancária, antes que estas sejam remetidas e codificadas ao site do banco (AZEVEDO apud LIMA, 2016).

Contudo, a credibilidade e a segurança do *Internet Banking* são discutidas, ante ao aumento do número de fraudes, acessos indevidos e operações irregulares ocorridas no *site* da instituição financeira (NUNES, 2014).

Deste modo, exige-se um aprimoramento contínuo dos sistemas de segurança dos *sites*, bem como uma atuação direta da instituição financeira para informar aos seus clientes como se proteger das fraudes eletrônicas, somente assim poderá a entidade bancária conter o avanço dos programas invasores, cada vez mais criativos e bem elaborados, e passar a confiança necessária ao correntista que pretende realizar operações online (NUNES, 2014).

Visando contornar este tipo de fraude, alguns bancos desenvolvem suas ferramentas de segurança do sistema de *Internet Banking*, adotando recursos como o teclado virtual na tentativa de impedir a ação dos *keyloggers* na interceptação das senhas digitadas ou pela utilização de mecanismos de autenticação com maior nível de segurança do que simples senhas, para tornar mais difícil a simulação do site o verdadeiro e o reencaminhamento a sites falsos (AZEVEDO apud LIMA, 2016). Nos artigos selecionados não consta nenhuma informação sobre a detecção de fraudes através do *Internet Banking*.

4.5.2 Prevenção de Fraudes por Corrupção

Neste tópico são descritas as práticas de corrupção em bancos comerciais brasileiros e os mecanismos de controle utilizados para evitá-las. A análise dos resultados é realizada desvendando os núcleos de sentido dos temas conceitos de corrupção, práticas corruptas conhecidas e meios para combatê-las (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

Em termos do controle de possíveis desvios de recursos no ambiente organizacional, ele deve ocorrer prioritariamente na forma preventiva buscando identificar pontos críticos no fluxo das ações desempenhadas por intermédio da análise de processos e, mesmo, do comportamento dos responsáveis pelas atividades em execução (SPINELLI, 2008, apud PARDINE; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

A utilização do poder conferido ao corrupto é uma das principais formas de se conseguir vantagens pessoais. Esse poder é manifestado tanto por posições e cargos exercidos que garante acesso a processos específicos, quanto pela detenção de informações privilegiadas relativas a diversos assuntos. Outros artifícios fazendo uso de ações corruptas são identificados no segmento de bancos, tipos de práticas de corrupção conhecidas, entre elas: desvios de recursos internos, de clientes e de programas de crédito governamentais, facilitação de assaltos, falsificação de documentos, fraudes eletrônicas e de dados contábeis, lavagem de dinheiro, pagamento de propina em saques, quebra de sigilos bancários, sonegações, tráfico de influências, utilização de laranjas e informações privilegiadas e venda de dados (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

4.5.2.1 Detecção de Fraudes por Corrupção

Em termos do controle de possíveis desvios de recursos no ambiente organizacional, ele deve ocorrer prioritariamente na forma preventiva buscando identificar pontos críticos no fluxo das ações desempenhadas por intermédio da análise de processos e, mesmo, do comportamento dos responsáveis pelas atividades em execução (SPINELLI, 2008 apud PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011).

Para detectar a fraude por corrupção propõe-se diminuir as oportunidades de corrupção por meio da simplificação de procedimentos e regulamentações, e por intermédio

do incremento da qualidade no uso da tecnologia da informação, minimizar o poder discricionário daqueles que têm poder de decisão, desmistificar e despersonalizar a ação governamental por meio de mecanismos de transparência e acesso à informação dos públicos interessados e promover a meritocracia no ambiente organizacional (PARDINI; COSTA; MATUCK; FILHO, 2011). Nos artigos selecionados através da matriz de síntese pouco se falou sobre a detecção de fraudes através da corrupção.

4.5.3 Prevenção de fraudes contábilísticas

A Contabilidade visa demonstrar a situação patrimonial de uma empresa, e com base nela, pessoas fazem investimentos, fornecedores acreditam na capacidade que a empresa tem de saldar suas dívidas, bancos e instituições decidem o quanto de financiamento pode ser proporcionado à organização, governo calcula impostos devidos, gestores tomam decisões internas, enfim, a Contabilidade é um importante instrumento para decisões de usuários internos e externos (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

Ao ser encontrado alguma fraude, deve-se observar com que frequência vem ocorrendo esse tipo de irregularidade, e em que proporção. Com essa verificação, pode-se procurar descobrir qual a causa daqueles erros que estão sempre se repetindo, bem como atentar para possíveis erros nas contas relacionadas. Conhecendo as falhas que vêm ocorrendo na empresa, fica mais fácil para o administrador buscar solucionar esse problema (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

O profissional de contabilidade deve agregar conhecimentos das Leis e Códigos Processuais, de Criminologia, de Sociologia, de Psicologia e, principalmente, de Auditoria e de Perícia Contábil. Os estudos sobre Criminologia, Sociologia e Psicologia irão ajudar o contador aumentando sua capacidade de identificar padrões de conduta alterada e indícios de distúrbios. Esses conhecimentos darão ao Contador Investigador de Fraudes condições de propor alternativas e penalidades para se prevenir a ação dos fraudadores (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO (2012). Nos artigos selecionados não consta nenhum dado sobre a detecção de fraudes contábilísticas.

4.5.4 Papel da Auditoria Interna na Prevenção e Detecção de Fraudes

A auditoria exerce um papel fundamental visto que evidencia as fraudes, e principalmente, impede a prática desses delitos com a criação de controles internos, e não apenas identifica os fatos já realizados (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

Toda fraude pressupõe a utilização de algum subterfúgio para iludir a vítima. O autor da fraude omite informações, ou as fornece de forma errônea, para levar alguém a equívoco e tirar proveito da situação. As fraudes possuem duas origens: a interna quando são cometidas por pessoas que tenham algum vínculo ou estejam dentro do local que foi fraudado e a externa quando não há ligação entre o agente fraudador e o local que onde ocorreu a fraude; isto não quer dizer, contudo, que o autor não tenha tido relação com a vítima anteriormente (NUNES, 2014).

Quando indicada a existência de fraude ou erro, e se o auditor acreditar que estes resultarão em distorções relevantes nas demonstrações dos resultados, o auditor deve modificar seus procedimentos, ou adicionar outros. Assim, será permitido ao auditor confirmar ou eliminar a suspeita destas irregularidades. Caso a não aplicação daqueles, será discutida com a administração da entidade na qual está sendo auditada, as providências que serão tomadas (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

É necessário, para isso, identificar as áreas de instabilidade através de um mapeamento de risco, e um dos métodos para fazê-lo se chama Controle de Avaliação de Risco, onde o auditor elabora um questionário e envia a cada departamento. A partir das respostas e da documentação de dados que já possui, a auditoria avalia e classifica o risco dos setores em baixo, médio e alto (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

O auditor deve avaliar também as implicações de fraudes quanto à confiabilidade das informações escritas ou verbais fornecidas pela administração. Quando a fraude não for detectado pelo controle interno ou não estiver incluído nas informações da administração, o auditor deve então reconsiderar a avaliação de risco e a validade dessas informações (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

A primeira responsabilidade na prevenção e identificação de fraudes é da administração da entidade, através de um sistema de controle interno. O auditor não é responsável pela prevenção de fraudes, ele apenas deve planejar seu trabalho avaliando a

ocorrência deles, tendo dessa forma grande probabilidade de detectá-los. No andamento do planejamento, o auditor deve pesquisar junto à administração da entidade a respeito dessas irregularidades que tenham sido encontradas. E ao detectá-las, o auditor em sua obrigação terá que comunicar à administração, sugerindo medidas corretivas. Cabe à administração da empresa, tomar providência para que não existam brechas para a ocorrência de fraudes, e para isso, deve-se ter um rigoroso controle interno. A empresa deve preocupar-se não apenas com fraudes cometidas no passado, mas buscar formas de preveni-las no futuro (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

Num procedimento normal de auditoria, não se tem a intenção de descobrir fraudes, sendo estas mais difíceis de serem descobertas, pois, quando ocorrem, normalmente são bem feitas, de forma que, se não há uma investigação mais profunda, a tendência é de que nunca venha a ser descoberta, ou pelo menos, que demore bastante. Como a auditoria está mais preocupada em dar certificação quanto às demonstrações como um todo, ela não se prende a detalhes, tornando-se mais perceptível os erros, que foram involuntários. No entanto, durante seu trabalho, seguindo as normas de auditoria geralmente aceitas, o auditor pode reconhecer indícios de erros e fraudes, pois algumas vezes, essas irregularidades chegam a afetar substancialmente as operações da empresa auditada. Se a auditoria fosse realizada com a intenção de encontrar fraudes e erros, o trabalho deveria ser bem mais aprofundado, e não por amostragem como ocorre, o que poderia ser impraticável em empresas de grande porte (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO, 2012).

4.5.5 Papel da Auditoria Externa na Prevenção e Detecção de Fraudes

A maior incidência de fraudes se dá em relação a operações que envolvem dinheiro, estoques e créditos a receber. Com o objetivo de impedir a ocorrência de fraudes, os bancos devem evitar que a realização e autorização de pagamento sejam realizadas pela mesma pessoa. Caso isso não ocorra, o auditor quando da realização do seu trabalho, indicará que há indícios de possibilidade de fraude na organização. Para prevenir esse tipo de comportamento, alguns cuidados podem ser tomados segundo Medeiros; Moura; Botelho (2012).

É ideal que as auditorias externa e interna trabalhem de forma integrada, aplicando programas de prevenção, não sendo recomendável que seja utilizada apenas a auditoria externa, pois mesmo que esta identifique um crime corporativo, dificilmente seus profissionais saberão lidar com o problema, já que lhes faltam subsídios de perícia contábil para trabalhar com caso judicial (MEDEIROS; MOURA; BOTELHO (2012).

Enfim, as empresas deveriam tanto trabalhar na formação de dados estratégicos para o desenvolvimento dos seus negócios, como também se prevenir da ação criminosa de seus colaboradores ou de terceiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo este estudo, pode-se notar que o crescimento do comércio eletrônico tende a exigir mais e mais estudos e técnicas de combate às fraudes realizadas através dos meios eletrônicos. Embora já se tenha caminhado bastante nas formas de prevenção e de detecção de fraudes eletrônicas e através da *internet*, muito ainda há que ser desenvolvido.

Pessoas, as quais pensam diariamente nas mais diferentes formas de enriquecimento material. Muitos não medem os meios para alcançar uma vida coberta de todos os tipos de bens que desejam, agindo de forma imoral, antiética e até mesmo ilícita e criminosa.

O avanço do comércio virtual tende a elevar o número de fraudes eletrônicas e exigir crescimento proporcional na segurança da informação e do processamento de compras através da *internet* e meios eletrônicos.

Difícilmente se chegará um dia a extinguir todos os tipos de fraudes eletrônicas realizadas, mas espera-se estar preparado para combatê-las de forma a não deixar que estas impeçam o crescimento econômico e o bem-estar social, em que a disponibilidade de informação é peça chave.

Se a fraude for descoberta durante procedimentos de auditoria, cabe ao auditor responsável pelo trabalho procurar a administração da empresa e comunicar o que está ocorrendo, para que esta possa tomar as medidas corretivas cabíveis. Se necessário, pode-se contratar o serviço de um perito para encontrar em que ponto a fraude ou erro vem ocorrendo, visto que este profissional tem profundo conhecimento da matéria e faz uma investigação bastante aprofundada para, então, ter informações suficientes para embasar sua opinião.

Foi visto que para evitar que fraudes ocorram dentro de um banco comercial pode-se tomar algumas providências, dentre elas informar-se melhor sobre os funcionários que contrata e ter um controle interno eficiente. Dentre outros, são considerados como os principais motivos encontrados para que alguém cometa fraude o seu não reconhecimento profissional, necessidade financeira e a não punição em outros casos de fraudes.

Irregularidades contábeis como um todo só prejudica o banco, bem como os usuários externos, toma decisões baseando-se em informações irreais, além disso, quando

descobertas, tendem a manchar o nome da empresa. Cabe então à administração tomar todas as providências cabíveis para que não existam erros ou fraudes dentro da empresa.

Essa função torna-se ainda mais delicado quando se trata de controlar e combater práticas de fraudes que, além de ocultas, envolvem, na maioria das vezes, diferentes indivíduos e grupos de interesses. Assim, identificar, desocultar e desbaratar tais práticas torna-se, portanto, o maior desafio para os mecanismos de controle de gestão bancária.

A recorrência de escândalos financeiros mostra que, apesar dos avanços significativos alcançados na última década, os mecanismos de prevenção as fraudes continuam a apresentar fragilidades na tarefa de proteger os investidores e, por conseguinte, a sociedade como um todo.

Ressalta-se que esta pesquisa, de cunho bibliográfico e descritivo, buscou traçar um caminho inicial para servir de inspiração para estudos futuros que possam abranger as discussões orientadas para a temática acerca de fraudes em instituições financeiras como os bancos comerciais.

A título de sugestões de novas pesquisas, considera importante estudar mais detalhadamente algumas das principais práticas de fraudes presentes nos bancos comerciais, tais como fraudes, lavagem de dinheiro, desvios de recursos públicos (provenientes de programas do governo) e falsificação de documentos. Os mecanismos de prevenção e combate à fraude merecem igualmente uma atenção especial, sobretudo no que se refere às ações de educação corporativa, auditoria, controles internos, ações do setor jurídico.

Por fim, sugere-se a replicação deste estudo em outras instituições do sistema financeiro como bancos de pequeno porte, Banco Central, bolsa de valores, seguradoras e BNDES. O tema prevenção de fraudes em bancos merece todo o nosso esforço e atenção.

REFERÊNCIAS

ARMANDO, N. N. **Fraude aos credores e à execução perante os tribunais**. Belo Horizonte: UFMG, 1967.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bc.asp>>. Acesso em: 19 Mar. 2018.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Relação de instituições em funcionamento no país**. 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp>>. Acesso em: 19 Mar. 2018.

BADAWI, I. M. Global corporate accounting frauds and action for reforms. **Review of Business**, v. 26, n. 2, p. 8-14, 2005. Disponível em: 161 <<http://acikerisim.ticaret.edu.tr:8080/xmlui/bitstream/handle/11467/857/M01100.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel, 2015. **Fraudes Eletrônicas: o que há de novo**. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5565>>. Acesso em 12 Mai. 2018.

BOYNTON, William C; JOHNSON, Raymond N; KELL, **Walter G. Auditoria**. Tradução de José Evaristo do Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011 · ISSN 1980-5756. Disponível em: <<http://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.613, de 16 de março de 1998. **Dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro**. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. **Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária**. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2005

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; CASTRO, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2006. Disponível em: <www.metodologia.org/meta1.PDF>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

CAHALI, Y. S. **Fraudes contra credores**: fraudes contra credores, fraude à execução, ação revocatória falencial, fraude à execução fiscal, fraude à execução penal. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CASTRO, Aldemar Araujo. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2001. Disponível em: <<http://metodologia.org/wp-content/uploads/2010/08/meta1.PDF>>. Acesso em: 11 Mai. 2018

CHRISTOFF, Laíse Adriana Klunk; VIEIRA, Euselia Paveglia, 2014. **A Gestão Dos Riscos Operacionais Nas Instituições Financeiras**. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4672/La%C3%Adse%20Adriana%20Klunk%20Christoff.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 Abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Porto Alegre, CRC/RS, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparício. **Auditoria contábil**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRESSEY, D. R. **Dinheiro de outras pessoas: um estudo sobre a psicologia social do peculato**. Glencoe, IL: A imprensa livre, 1953.

CRESSEY, D. R. **O dinheiro de outras pessoas**. Montclair: Patterson Smith, 1973.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Dicionário de direito administrativo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de. **Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/2015nahead/pt_1808-057X-rcf-201400030.pdf>. Acesso em 05 Mai. 2018.

DESAI, V.; ROBERTS, R. W.; SRIVASTAVA, R. Um modelo analítico para avaliação de auditor externo da função de auditoria interna usando funções de crenças. **Pesquisa Contábil Contemporânea**, v. 27, n. 2, p. 346-346, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: responsabilidade civil. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ESTORILIO, J. A. **Investigação criminal nos delitos empresariais**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

FRIGO, Anne Dinaura, 2013. **Instituições Bancárias: as Fraudes Via Internet Banking, com cartões e suas medidas Preventivas**. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48688/R%20-%20E%20-%20ANNE%20DINAURA%20FRIGO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 Abr. 2018.

FUMEGALLI, Bruno Barcellos. **Avaliação dos controles internos no processo de auditoria externa no Brasil**, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61969/000867117.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 de abr. 2018

GALVÃO CM, Sawada NO, Mendes IA. **A busca das melhores evidências**. Rev Esc Enferm USP, 2008.

GALVÃO CM, Sawada NO, Trevizan MA. **Revisão sistemática**: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática. Rev Latinoam, 2008.

GUIMARÃES, Marcelo Santos, 2010. **Uma Visão Geral sobre Fraudes Bancárias Online**. Disponível em: <<Http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/2674>>. Acesso em 15 Mai. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio de Loureiro. **Como evitar fraudes, pirataria e conivência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDEN, Bruce L.; ASSAD, Arjang A. Perspectivas sobre roteamento de veículos: novos desenvolvimentos emocionantes. **O Jornal da Sociedade de Pesquisa Operacional**, Vol. 34, No. 5. (2006), pp. 803-810.

LIMA, Iluy Manoel de Castro, 2016. **O processo de inovação tecnológica dos bancos brasileiros apartir das fraudes eletrônicas**. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46841>>. Acesso em 03 Abril. 2018.

LOPES, Ilza Leite. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio-ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12909.pdf>>. Acesso em: 12 Mai. 2018.

LOURENÇO, Manuel; SARMENTO, Manuela, 2008. **A fraude contabilística e o ambiente empresarial**. Disponível em: <https://www.occ.pt/downloads/files/1224596074_34a37_contabilidade.pdf>. Acesso em 03 Mai. 2018.

MEDEIROS, Andressa Kely de; MOURA, Lucicleia de; BOTELHO, Sergio Ducineili Regis. **A Importância Da Auditoria e Perícia Para o Combate a Fraudes e Erros Na Contabilidade Das Empresas, 2012**. Disponível em: <<http://fipecafi.imprensa.ws/wp-content/uploads/2012/01/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-AUDITORIA-E-PER%C3%8DCIA-PARA-O-COMBATE-A-FRAUDES-E-ERROS-NA-CONTABILIDADE-DAS-EMPRESAS.pdf>>. Acesso em: 25 Abr. 2018.

MELNYK, Bernadette Mazurek; FINEOUT-OVERHOLT, Ellen; STILLWELL, Susan B.; WILLIAMSON, Kathleen M. **Avaliando e divulgando o impacto de uma intervenção**

baseada em evidências: mostrar e contar Depois que os dados são coletados e analisados, é hora de compartilhar o que você aprendeu. Disponível em: <http://www.nursingcenter.com/pdf.asp?AID=1189827&_ga=1.19564728.1687182778.1405089287>. Acesso em: 05 Mai. 2018.

NEVES, Carina Felipa das. **O sigilo bancário e a fraude fiscal.** Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/16345>> Acesso em: 05 Mai. 2018.

NUNES, Danilo Arthur de Oliva, 2014. **A Responsabilidade Eletrônica Das Instituições Bancárias.** Disponível em: <<Http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/3129/2252>>. Acesso em 07 Mai. 2018.

OLIVEIRA, Rossimar Laura, 2012. **Gestão de Fraudes Financeiras Externas em Bancos.** Disponível em: <<Http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-21122012-111004/en.php>>. Acesso em: 23 Abr. 2018.

PAPINI, Marco Antonio. **Controle Interno Evita Fraudes e Erros.** Revista **Consultor Jurídico**, 6 de fevereiro de 2009, 12h15. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2009-fev-06/control-interno-sao-principal-arma-evitar-fraudes-erros>>. Acesso em 02. Mai. 2018.

PARDINE, Daniel Jardim; COSTA, Yuri Richard da Silva; MATUCK, Priscila de Jesus Papazissis; FILHO, Antonio Dias Pereira, 2011. **Práticas de Corrupção e Mecanismos de Controle e Prevenção em Bancos Brasileiros: um Estudo sob a Perspectiva de Gerentes e Funcionários.** Disponível em: <<Http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON2931.pdf>>. Acesso em 20 Mai. 2018.

PARODI, L. **Manual das fraudes.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005.
WOLFE, D. T.; HERMANSON, D. R. **O diamante da fraude: considerando os quatro elementos da fraude.** **O Jornal CPA**, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.uta.edu/faculty/subraman/EMBA-FTW2009/Articles/Fraud%20Diamond%20Four%20Elements.CPAJ2004.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PEREIRA FILHO, Valdir Carlos. Responsabilidade civil dos bancos em operações **financeiras realizadas pela internet.** **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais.** n. 42, v. 11, p. 163-181, out./dez., 2008, p. 165.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

RAVISANKAR, P. et al. **Deteção de fraude de declaração financeira e seleção de recursos usando técnicas de mineração de dados.** **Sistemas de Suporte à Decisão**, v. 50, n. 2, p. 491-500, 2011. ISSN 0167-9236.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

RIO, O Globo **Caso do banco nacional**. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/entendacasonacional9809140#ixzz4Bqid52Rr>>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática versus revisão narrativa**. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf> Acesso em 01 Mai. 2018.

SÁ, A. L; HOOG, W. A. Z. Corrupção, fraude e contabilidade. Curitiba: Juruá, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de; HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Corrupção, Fraude e Contabilidade**. 1ª ed. (ano 2005), 3ª tir. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, Adriana Maria dos. **A influência do Gerente de Conta no uso do Internet Banking pelo cliente alta renda no Brasil: um Estudo de Caso**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, p. 61.

SAUNDERS, A. **Administração de instituições financeiras**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SENE, Maria Joaquina Medeiros; BARCELLOS, Robson Ferrão. **Orientação para apresentação de trabalhos acadêmicos**: de acordo com NBR 14724:2005, Porto Alegre: FAPA, 2008.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Corrupção. **O Quarterly Journal de Economia**, v. 108, n. 3, p. 599-617, 1993. ISSN 00335533.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa**: o que é e como fazer. Einstein, Morumbi, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/56528038/A2-Revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer>>. Acesso em: 11 Mai. 2018.

SPINELLI, Mário. Controle interno. In: AVRITZER, Leonardo *et al.* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 575-578.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **A pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WHITEMORE R, KNAFT K. **A revisão integrativa: metodologia atualizada**. J Adv Nurs. 2005.

VENTURA, André Claro Amaral, 2015. **O Sigilo Bancário e a Fraude Fiscal: interrelação científica e dogmática**. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/16345>>. Acesso em: 15 Abr. 2018.

ZHOU, W.; KAPOOR, G. **Detectando fraude financeira de evolução evolutiva. Sistemas de Suporte à Decisão**, v. 50, n. 3, p. 570-575, 2011. ISSN 0167-9236.

APÊNDICE A
MATRIZ DE SÍNTESE

Artigos	Definições de fraudes	Fatores que incentivam as fraudes	Formas de Prevenir e Detectar Fraudes	Tipos de Fraudes	Forma de atuação e mecanismo dos Fraudadores
Gestão de fraudes financeiras externas em bancos. Autora: Rossimar Laura Oliveira	A fraude é um risco operacional, desta forma deve ser gerida. Para Zagaris e MacDonald (1992) são crimes que permanecem em parte na tecnologia, que oferece meios mais sofisticados, os processos tortuosos favorecem o surgimento até mesmo de grupos organizados de fraudadores.	A oportunidade está relacionada a alguns fatores de risco e o fraudador acredita que não será punido. Elas são criadas principalmente pela falta de controles ou controles inadequados, falta de supervisão ou inadequada segregação de funções. Algumas vezes o tipo, tamanho ou estrutura no negócio pode facilitar a fraude.	Não consta.	A interna, feita por funcionários; a externa, feita por terceiros e a mista, onde estão envolvidos agentes internos e externos.	Clonagem de cheques, falsa identidade, abertura de conta corrente com documento falso, clonagem de cartões de débito e crédito.
Uma Visão Geral sobre Fraudes Bancárias Online. Autor: Marcelo Santos Guimarães	Não consta.	A evolução dos hábitos da humanidade e o advento de novas ferramentas e tecnologias cria também oportunidades para os fraudadores. É o caso da Internet. Além de facilitar operações como transações bancárias e compras ela fez surgir uma nova modalidade de fraudes: as fraudes online. A grande maioria das fraudes online requer o “consentimento” da vítima, ou seja, na grande maioria dos casos a fraude ocorre por alguma falha da vítima. O simples recebimento de um e-mail fraudulento não instala, por exemplo, um banker no computador da vítima.	Não consta.	Fraude bancária online.	O principal meio de fraude na Internet é o phishing, que se baseia no envio de um e-mail fraudulento com o objetivo de obter códigos de acesso e dados financeiros. A obtenção destes dados pode ser feita de diversas maneiras. As mais comuns são os bankers, que monitoram a troca de informações entre a vítima e os sistemas dos bancos, e as páginas falsas, que tentam se passar por páginas verdadeiras de bancos.
A fraude contabilística e o ambiente empresarial. Autores: Manuel Lourenço e Manuela Sarmento	Fraude, no contexto de fraude contabilística, considerado como um ato intencional, com o objetivo de obter benefícios ilícitos ou ilegais, contabilidade em que a ilicitude, ou a ilegalidade, se considera como sendo um ato ilegítimo, portanto não lícito ou não legal.	Bancos – À semelhança do problema do <i>subprime</i> americano, há muito crédito bancário concedido com exagerado risco, carecendo de segurança mínima o retorno dos capitais emprestados, tornando a organização demasiado dependente do banco que, por sua vez, não tem vocação nem interesse em assumir a gestão efetiva da entidade. Esta “debilidade” pode ser pasto para as mais variadas situações de fraude.	Não consta.	Fraude contabilística.	Descuido ou falha técnica, obtenção de benefícios ilegais ou ilícitos, desconhecimento técnico (sujeito a sanções)

<p>A Gestão dos Riscos Operacionais nas Instituições Financeiras. Autora: Laíse Adriana Klunk Christoff</p>	<p>De acordo com a Resolução CFC nº 986/03, – O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.</p>	<p>O fato de os canais digitais estarem se tornando tão importantes para os clientes, os torna alvo de fraudadores, que tem como objetivo roubar senhas de acesso e informações pessoais. Dessa forma, surge a dúvida sobre o nível de segurança que as instituições financeiras empregam em seus canais eletrônicos e os quão suscetíveis são estes canais para a invasão de hackers e softwares maliciosos com o intuito de roubar informações.</p>	<p>Devido a dinâmica do mercado, as instituições financeiras têm a necessidade de adequar seus controles internos à demanda, sendo que isto é fundamental para a manutenção das suas atividades de forma adequada, com vistas a reduzir fraudes e erros, aumentando a segurança dos processos internos, impactando em melhores resultados financeiros e econômicos.</p>	<p>Fraude virtual, Phishing Scam, Clonagem, Banco Fantasma, Pharming.</p>	<p>Os autores muitas vezes tentam encobrir seus atos. Documentos falsos; Roubo de ativos. Não há validação das informações prestadas; pagamentos e recebimentos realizados pela mesma pessoa. Sistema vulnerável. O programador deixa um comando para apagar ou capturar informações de clientes.</p>
<p>Fraudes Eletrônicas: O Que há de novo? Autores: Paulo Sérgio Siqueira Bastos e Roberto Miguel Pereira</p>	<p>A fraude é um tipo de crime previsto pelos códigos penais das nações do mundo todo. Significa dolo, burla, engano, logro ou contrabando.</p>	<p>É cada vez mais frequente notícia de fraudes com cartões de crédito, seja por compra através de telefone, internet ou por fax ou, até mesmo, pelo simples fato de o cliente entregar o cartão ao vendedor e o mesmo levá-lo a lugares fora do seu campo de visão. Também se tornou comum notícia de fraude por email, através do qual se induz os clientes a fornecer dados pessoais, senhas, conta corrente e o número do cartão de crédito.</p>	<p>Não consta.</p>	<p>Fraude eletrônica.</p>	<p>Podem ser executadas por pessoas de fora da organização, que invadem um sistema ou por pessoas de dentro da organização, autorizadas a usar o sistema, porém fazendo mau uso dessa autorização.</p>
<p>A importância da auditoria e perícia para o combate a fraudes e erros na contabilidade das empresas. Autores: Andressa Kely de Medeiros, Lucicleia de Moura Sergio, Ducineli Regis Botelho</p>	<p>A fraude é caracterizada pela falsificação ou alteração de registros ou documentos; pela omissão de transações nos registros contábeis; por registrar transações sem comprovação; e ainda por aplicar práticas contábeis indevidas.</p>	<p>A fraude é motivada pela intenção de lesão de interesses alheios, resultando falsas situações de contas, lucros líquidos alterados, erros na classificação de receita e despesa, omissão de entrada de dinheiro, e outros atos falsos com intenção criminosa.</p>	<p>Com o objetivo de impedir a ocorrência de fraudes, as empresas devem evitar que a realização e autorização de pagamento sejam realizadas pela mesma pessoa. Caso isso não ocorra, o auditor contábil quando da realização do seu trabalho, indicará que há indícios de possibilidade de fraude na organização. Daí a grande responsabilidade do trabalho do auditor que deve identificar estes fatos e sugerir que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.</p>	<p>Fraude Contábil</p>	<p>Pela falsificação ou alteração de registros ou documentos; pela omissão de transações nos registros contábeis; por registrar transações sem comprovação; e ainda por aplicar práticas contábeis indevidas.</p>
<p>Antecedentes e características do risco de fraude contábil: uma análise multicaseos no setor Bancário Brasileiro. Autora: Sabrina Rafaela Pereira Borges</p>	<p>A fraude é conceituada como “malícia, engodo, simulação e dissimulação”, sendo tratada, no Código Penal, como crime contra o patrimônio. Assim, a fraude corporativa é entendida como qualquer meio utilizado com o</p>	<p>A oportunidade está relacionada à identificação de uma falha nos controles internos das organizações, o que permite a ocorrência do ato fraudulento.</p>	<p>Não consta.</p>	<p>Fraude Contábil no setor bancário brasileiro.</p>	<p>O Crime do Colarinho Branco é considerado como um ato criminoso cometido por uma pessoa que detém elevada respeitabilidade e posição socioeconômica. Contudo, esse é um tipo de crime difícil de ser descoberto, pelo fato de acontecer sem</p>

	intuito de obtenção de vantagem sobre outra pessoa, seja por ação ou omissão, por meio de conduta intencional ou má-fé.				violência, em situações comerciais e com um ganho financeiro abundante.
O Sigilo Bancário e a Fraude Fiscal: interrelação científica e dogmática. Autor: Ricardo Filipe Casquinha Monteiro	Não consta.	Não consta.	O sigilo bancário, enquanto segredo profissional, para além de instrumento de proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada surge também como um mecanismo anti-abuso e de repressão dos comportamentos evasivos e fraudulentos.	Fraude fiscal.	Não conta.
Práticas de Corrupção e Mecanismos de Controle e Prevenção em Bancos Brasileiros: um Estudo sob a Perspectiva de Gerentes e Funcionários. Autores: Daniel Jardim Pardini, Yuri Richard da Silva Costa, Priscila de Jesus Papazissis Matuck, Antonio Dias Pereira Filho	Fraude é a pessoa usar, em proveito próprio, um cargo que ela ocupa ou, utilizar de recursos públicos em proveito próprio, envolve ente público e o desvio de recursos financeiros destes órgãos. Fraude é toda a ação que tem como fim o desvio de recursos públicos, ou até privados, para si ou para um grupo.	As repercussões da ausência de mecanismos para deter ou atenuar a ação corrupta manifestam-se nas fraudes.	Uma das estratégias de controle adotada por alguns bancos é a segregação de tarefas (captação do cliente, estruturação do contrato, conferência da documentação, deferimento do crédito) por várias pessoas e a habitualidade de decisões colegiadas na aprovação de financiamentos, o que dificulta possíveis desvios de condutas.	Fraudes por corrupção.	As ações corruptas no sistema financeiro podem ser praticadas por dois agentes corruptores (um interno e outro externo), por um único funcionário, ou por indivíduos ou grupos que atuam externamente, como é o caso dos crimes virtuais.
O processo de inovação tecnológica dos bancos brasileiros a partir das fraudes eletrônicas. Autor: Iluy Manoel de Castro Lima	Pode-se definir a fraude eletrônica como sendo a aplicação de qualquer golpe com a utilização dos serviços disponibilizados pela Internet, em seus mais diversos ambientes, como por exemplo, salas de bate papo, mensagens eletrônicas e sites disponíveis.	As fraudes bancárias que movimentam milhões de reais todo ano no país são resultado da ação de ciber criminosos e da falta de ação dos próprios usuários que não adotam orientações de segurança como atualização de antivírus, utilizar software oficial, atualização constantes no sistema operacional, entre outros.	Alguns bancos desenvolvem suas ferramentas de segurança do sistema de Internet Banking, adotando recursos como o teclado virtual na tentativa de impedir a ação dos keyloggers na interceptação das senhas digitadas ou pela utilização de mecanismos de autenticação com maior nível de segurança do que simples senhas, para tornar mais difícil a simulação do site o verdadeiro e o ré encaminhamento a sites falsos.	Fraude eletrônica.	O mecanismo de invasão se processa normalmente a partir de golpes típicos feitos por meio de e-mails de remetentes duvidosos trazendo algum assunto curioso e demandando que o usuário clique em uma figura ou link e, ao clicar, se instala um programa espião no computador, que identificará a senha do usuário no próximo acesso ao site do banco.
Instituições bancárias: As fraudes via internet banking, com cartões e suas medidas preventivas. Autora: Anne Dinaura Frigo	Não consta.	A existência de golpistas motivados, devido à carência de alternativas para determinadas classes sociais, ineficiência de leis, incerteza de pena, incerteza jurídica, sistema financeiro evoluído, pouca fiscalização, etc.	As medidas preventivas utilizadas pelas instituições financeiras na mitigação das ocorrências de fraudes via internet consistem na busca através de sistema próprio da instituição da realização de transações na conta do cliente que fogem ao seu perfil, e disponibilização no site	Fraudes via internet banking, com cartões.	A existência de golpistas motivados, a disponibilidade de vítimas adequadas e vulneráveis, a ausência de “guardas” ou controladores eficazes.

			das instituições de recomendações de segurança no uso da internet como canal de movimentação financeira.		
Mitigação do risco operacional de fraude eletrônica por meio do internet banking na Caixa Econômica Federal. Autor: Paulo Roberto Alves Albuquerque	Não consta.	A fraude eletrônica consiste em uma mensagem não solicitada que se passa por comunicação de uma instituição conhecida, como um banco, empresa ou site popular, e procura induzir usuários ao fornecimento de dados pessoais e financeiros.	Medidas preventivas e de combate adotadas pela Área de Segurança, especialmente pela Centralizadora Nacional de Segurança. A detecção permite identificar o ataque fraudulento antes que qualquer valor seja subtraído, mitigando o risco operacional da fraude e seu consequente prejuízo, sendo sua principal ferramenta o monitoramento das transações.	Fraude eletrônica.	Não consta.
Um Estudo sobre a Atuação da Auditoria Interna na Detecção de Fraudes nas Empresas do Setor Privado no Estado de São Paulo. Autores: Anísio Candido Pereira e Wesley Souza do Nascimento	Refere-se a um ato intencional por parte de um ou mais indivíduos dentre os membros administrativos, empregados ou terceiros, que resulta em declarações falsas das demonstrações contábeis	Não consta.	A auditoria interna é a existência, dentro da própria organização, de um departamento que exerce controle permanente prévio, concomitante e consequente de todos os atos da administração.	Fraude Contábil, financeira, no controle interno, ética contra as normas da empresa.	Não consta.
A responsabilidade eletrônica das instituições bancárias. Autor: Danilo Arthur de Oliva Nunes	Não consta.	É indiscutível que a Internet proporciona um ambiente favorável ao cometimento de fraudes, sobretudo pela dificuldade em identificar o autor do delito e, muitas vezes, pelo despreparo da polícia investigativa.	A situação em espeque se configura quando o agente, responsável pelas transações indevidas no Internet Banking, adquire de forma lícita as informações da vítima utilizadas para a fraude. Ocorre, por exemplo, quando o consumidor autoriza pessoa de sua confiança a realizar, em seu nome, determinadas operações financeiras no banco virtual.	Fraudes nas operações eletrônicas.	O autor da fraude omite informações, ou as fornece de forma errônea, para levar alguém a equívoco e tirar proveito da situação.
Análise dos mecanismos de controles internos em instituições financeiras. Autora: Bianca de Souza Dalpian	Não consta	Não consta	Os procedimentos definidos pelo Comitê de Basileia e pelo BACEN, são fundamentais para a empresa prevenir-se de fraudes, corrupções e ineficiência. As instituições financeiras têm a capacidade de elaborar mais procedimentos, acrescentando ao seu sistema de controles internos, visando sempre o aperfeiçoamento do mesmo.	Fraude em bancos	Não consta

Fonte: Elaborado pelo autor.